



Banco do
Conhecimento



RECLAMAÇÕES – TURMAS RECURSAIS

Reclamações que tratam de controvérsias envolvendo Acórdãos das Turmas Recursais e a Jurisprudência do STJ

Banco do Conhecimento/ Reclamações - Turmas Recursais

Tabela ordenada por Unidade da Federação/ Número da Reclamação

Legislação relacionada

CÍVEL

Legalidade na cobrança de pulsos além da franquia pelo uso de serviços de telefonia fixa.

Reclamação 3914/BA (2010/0021332-6)

RAMO DO DIREITO: DIREITO CIVIL

ASSUNTO(S): DIREITO DO CONSUMIDOR, Contratos De Consumo, Telefonia

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal dos Juizados Cíveis E Criminais De Salvador - Ba

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 09/02/2010

NÚMERO ÚNICO: 0021332-85.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Legalidade da cobrança de tarifa básica de assinatura realizada pela concessionária de serviço de telefonia.

Reclamação 3924/BA (2010/0024131-0)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Assinatura Básica Mensal.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Cível e Criminal de Salvador - BA

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 11/02/2010

NÚMERO ÚNICO: 0024131-04.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 8852/PB e 8861/PB

CÍVEL

Devolução do indébito em dobro mediante demonstração de má-fé do credor.

Reclamação 7247/DF (2011/0268446-3)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Coisas, Promessa de Compra e Venda.

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis E Criminais do Distrito Federal - DF

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 28/10/2011

NÚMERO ÚNICO: 0268446-02.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 7047/MG e 4892/PR

Direito a indenização do seguro deve ser imputado a conduta direta do segurado e não a terceiros"

Reclamação 3812/ES (2009/0230687-4)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Seguro.

RECLAMADO: Terceira Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Espírito Santo

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 25/11/2009

NÚMERO ÚNICO: 0230687-72.2009.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Prazo para devolução das parcelas pagas ao consorciado que se retira antecipadamente do grupo. (*)

Reclamação 3752/GO (2009/0208182-3)

Acórdão transitado em julgado em 30/09/2010

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Consórcio.

RECLAMADO: Turma Recursal da 11a Região Em Ceres - GO

TIPO: Processo Físico.

AUTUAÇÃO: 21/10/2009

NÚMERO ÚNICO: 0208182-87.2009.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 7139/RJ

CÍVEL

Pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT e o grau de invalidez apurado.

Reclamação 10093/MA (2012/0205425-3)

Acórdão transitado em julgado em 21/03/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): DIREITO DO CONSUMIDOR, Contratos de Consumo, Seguro.

RECLAMADO: Quinta Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís - MA
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 25/09/2012
NÚMERO ÚNICO: 0205425-18.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 5410/MT e 5454/MT

Cobrança de valores pagos a título de pulsos excedentes

Reclamação 3976/MG (2010/0040425-4)

Acórdão transitado em julgado em 31/05/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Pulsos Excedentes.

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal De Governador Valadares - MG
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 12/03/2010
NÚMERO ÚNICO: 0040425-34.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

Inexistência de débito e apenas um apontamento não caracterizam a hipótese da Súmula 385/STJ (*)

Reclamação 4574/MG (2010/0143529-7)

Acórdão transitado em julgado em 28/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Do Consumidor, Responsabilidade do Fornecedor, Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes.

RECLAMADO: Turma Recursal Do Juizado Especial Cível De Formiga - MG
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 02/09/2010
NÚMERO ÚNICO: 0143529-42.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 15.03.2017

CÍVEL

Cobrança de assinatura básica por concessionária de serviço telefônico fixo comutado

Reclamação 4618/MG (2010/0149251-4)

Acórdão transitado em julgado em 26/10/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Assinatura Básica Mensal.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal do Juizado Especial de Uberlândia - MG
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 10/09/2010
NÚMERO ÚNICO: 0149251-57.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 3918/PB

Assistência judiciária gratuita. Declaração de pobreza. Presunção jûris tantun. Ônus da parte adversa. (*)

Reclamação 4909/MG (2010/0189577-7)

Acórdão transitado em julgado em 30/08/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Administrativo
ASSUNTO(S): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Serviços, Ensino Superior.

RECLAMADO: Quinta Turma Recursal Cível de Belo Horizonte - MG
TIPO: Processo Eletrônico, justiça gratuita.
AUTUAÇÃO: 05/11/2010
NÚMERO ÚNICO: 0189577-59.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Não pertinência de condenação em honorários sucumbenciais à parte adversa não representada por advogado.

Reclamação 6975/MG (2011/0241363-8)

Acórdão transitado em julgado em 23/04/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Administrativo
ASSUNTO(S): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Serviços, Saúde, Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos.

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal Do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária Do Estado de Minas Gerais
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 29/09/2011
NÚMERO ÚNICO: 0241363-11.2011.3.00.0000

CÍVEL

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Devolução do indébito em dobro mediante demonstração de má-fé do credor.

[Reclamação 7047/MG \(2011/0251042-6\)](#)

Decisão transitada em julgado em 20/03/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.

RECLAMADO: Turma Recursal De Lavras - MG

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 10/10/2011

NÚMERO ÚNICO: 0251042-35.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 7247/DF e 4892/PR

Legalidade de multa por descumprimento de ordem judicial cujo montante excede a alçada dos Juizados Especiais Cíveis

[Reclamação 9332/MG \(2012/0141951-0\)](#)

Transitado em Julgado em 13/04/2016

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia. Direito Processual Civil e do Trabalho, Liquidação / Cumprimento / Execução, Multa Cominatória / Astreintes.

RECLAMADO: Sexta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Belo Horizonte - MG

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 13/07/2012

NÚMERO ÚNICO: 0141951-73.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Impenhorabilidade do bem de família

[Reclamação 4374/MS \(2010/0113066-5\)](#)

Acórdão transitado em julgado em 22/08/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Locação de Imóvel.

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal Mista Do Estado Do Mato Grosso Do Sul

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 20/07/2010

NÚMERO ÚNICO: 0113066-20.2010.3.00.0000

CÍVEL

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Não sujeição das instituições financeiras em questões relacionadas aos juros remuneratórios, capitalização e comissão de permanência nos contratos de mútuo bancário.

Reclamação 4191/MT (2010/0081064-6)

Decisão transitada em julgado em 13/10/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Dos Juizados Especiais Do Estado De Mato Grosso

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 21/05/2010

NÚMERO ÚNICO: 0081064-94.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT e o grau de invalidez apurado.

Reclamação 5410/MT (2011/0037243-4)

Decisão transitada em julgado em 21/09/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Seguro.

RECLAMADO: Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Mato Grosso

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 24/02/2011

NÚMERO ÚNICO: 0037243-06.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Reclamação 5454/MT (2011/0043919-7)

Decisão transitada em julgado em 27/01/2012

RAMO DO DIREITO: DIREITO CIVIL

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Seguro.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais do Estado do Mato Grosso

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 03/03/2011

NÚMERO ÚNICO: 0043919-67.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

CÍVEL

Aplicação da taxa média de mercado nos casos de constatação de abusividade na cobrança de juros

Reclamação 5786/MT (2011/0088981-0)

Acórdão transitado em julgado 16/04/2012

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Mato Grosso

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 28/04/2011

NÚMERO ÚNICO: 0088981-33.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Cobrança de assinatura básica por concessionária de serviço telefônico fixo comutado

Reclamação 3918/PB (2010/0023177-7)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Assinatura Básica Mensal.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Mista De Campina Grande - PB

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 10/02/2010

NÚMERO ÚNICO: 0023177-55.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 4618/MG

Exclusão da condenação ao pagamento de honorários advocatícios. Condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a parte não se fizer representar por advogados.

Reclamação 3981/PB (2010/0041679-0)

Decisão transitada em julgado em 13/02/2012

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Mista do Estado da Paraíba

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 15/03/2010

NÚMERO ÚNICO: 0041679-42.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

CÍVEL

Legalidade da cobrança de tarifa básica de assinatura realizada pela concessionária de serviço de telefonia.

Reclamação 8852/PB (2012/0102401-7)

Acórdão transitado em julgado 31/05/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Assinatura Básica Mensal.

RECLAMADO: Turma Recursal Mista De Sousa - PB
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 23/05/2012
NÚMERO ÚNICO: 0102401-71.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 3924/BA

Reclamação 8861/PB (2012/0102439-4)

Transitado em Julgado em 03/02/2016

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia. Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia.

RECLAMADO: Turma Recursal Mista De Sousa - PB
TIPO: Processo eletrônico.
AUTUAÇÃO: 23/05/2012
NÚMERO ÚNICO: 0102439-83.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 3924/BA

Limite de alçada (quarenta salários mínimos) para causas nos Juizados Especiais

Reclamação 7327/PE (2011/0275144-0)

Acórdão transitado em julgado em 19/08/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Fornecimento de Energia Elétrica.

RECLAMADO: juiz De Direito Da Central De Execuções Cíveis Dos Juizados Especiais De Recife - PE
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 09/11/2011
NÚMERO ÚNICO: 0275144-24.2011.3.00.0000

CÍVEL

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Suspensão do fornecimento de energia elétrica, bem com a cobrança de valores referentes a consumo na hipótese de ter sido verificada, unilateralmente, Irregularidade do medidor.

Reclamação 4016/PR (2010/0050842-0)

Decisão transitada em julgado em 06/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Fornecimento de Energia Elétrica.

RECLAMADO: Turma Recursal Única dos Juizados Especiais do Estado do Paraná

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 30/03/2010

NÚMERO ÚNICO: 0050842-46.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Devolução do indébito em dobro mediante demonstração de má-fé do credor.

Reclamação 4892/PR (2010/0186855-4)

Acórdão transitado em julgado em 17/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.

RECLAMADO: Turma Recursal do Juizado Especial Cível de Guarapuava - PR

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 03/11/2010

NÚMERO ÚNICO: 0186855-52.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 7247/DF e 7047/MG

Cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia

Reclamação 5161/PR (2011/0007039-9)

Acórdão transitado em julgado em 23/04/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Telefonia, Assinatura Básica Mensal.

RECLAMADO: Turma Recursal Única do Estado do Paraná

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 14/01/2011

NÚMERO ÚNICO: 0007039-76.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

CÍVEL

**Bloqueio de cartão de crédito quando em viagem do exterior.
Suspensão somente do processo (0015968-4.2008.8.19.0061 e do MS
0001865-10.2009.8.19.9000)**

Reclamação 3893/RJ (2010/0011950-7)

Acórdão transitado em julgado em 07/08/2012

RAMO DO DIREITO: DIREITO CIVIL

ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil, Indenização por Dano Moral.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis Do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo eletrônico, justiça gratuita.

AUTUAÇÃO: 26/01/2010

NÚMERO ÚNICO: 0011950-68.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

**Preparo Insuficiente – DESERÇÃO – necessidade de intimação do
recorrente para suprimento do valor das custas.**

Reclamação 4278/RJ (2010/0094630-3)

Decisão transitada em julgado em 01/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil, Indenização por Dano Material.

RECLAMADO: Quarta Turma do Conselho Recursal dos Juizados Cíveis e Criminais do Rio de Janeiro - RJ

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 17/06/2010

NÚMERO ÚNICO: 0094630-13.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

**Dano moral e manutenção em cadastro de proteção ao crédito,
após quitação do débito.**

Reclamação 4904/RJ (2010/0188479-5)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.

RECLAMADO: Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 04/11/2010

NÚMERO ÚNICO: 0188479-39.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

CÍVEL

Condenação ao pagamento de indenização por danos morais em virtude de inscrição indevida de devedor em cadastro restritivos de crédito, apesar da existência de restrição anterior

[Reclamação 6485/RJ \(2011/0170064-1\)](#)

Decisão transitada em julgado em 16/09/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil, Indenização por Dano Moral.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 22/07/2011

NÚMERO ÚNICO: 0170064-71.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Prazo para devolução das parcelas pagas ao consorciado que se retira antecipadamente do grupo. (*)

[Reclamação 7139/RJ \(2011/0255805-2\)](#)

Decisão transitada em julgado em 18/09/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Consórcio.

RECLAMADO: Primeira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 17/10/2011

NÚMERO ÚNICO: 0255805-79.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Observação: Ver também Reclamação 3752/GO

Competência da Justiça Federal para conhecer ações que envolvem a Fundação Habitacional do Exército – FHE (Súmula 324/STJ)

[Reclamação 12726/RJ \(2013/0166154-3\)](#)

Transitado em Julgado em 28/08/2014

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Responsabilidade do Fornecedor, Indenização por Dano Moral, Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes.

RECLAMADO: Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 27/05/2013

NÚMERO ÚNICO: 0166154-97.2013.3.00.0000

CÍVEL

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Possibilidade da cobrança de tarifas bancárias regularmente previstas em contrato

Reclamação 12748/RJ (2013/0168081-7)

Transitado em Julgado em 23/03/2015

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Bancários, Tarifas.

RECLAMADO: Quarta Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 28/05/2013

NÚMERO ÚNICO: 0168081-98.2013.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 16.03.2017

Impossibilidade de monitoramento e bloqueio no site de busca Google

Reclamação 13499/RJ (2013/0211799-2)

Decisão transitada em julgado em 13/02/2014

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil, Indenização por Dano Moral. Direito Processual Civil e do Trabalho, Liquidação / Cumprimento / Execução, Multa Cominatória / Astreintes. Direito Civil, Obrigações.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Rio de Janeiro - RJ

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 28/06/2013

NÚMERO ÚNICO: 0211799-48.2013.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Cobrança de tarifas administrativas para concessão de créditos de contratos bancários

Reclamação 13501/RJ (2013/0211836-0)

Decisão transitada em julgado em 08/10/2013

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Contratos Bancários.
Tribunal de Origem:

RECLAMADO: Quinta Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 28/06/2013

NÚMERO ÚNICO: 0211836-75.2013.3.00.0000

CÍVEL

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Possibilidade de recebimento das diferenças salariais em decorrência de desvio de função

Reclamação 13619 RJ (2013/0220720-9)

Transitado em Julgado em 14/12/2015

RAMO DO DIREITO: Direito Administrativo

ASSUNTO(S): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal Fazendária do Rio De Janeiro

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 04/07/2013

NÚMERO ÚNICO: 0220720-93.2013.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Cobrança de tarifas de esgoto e restituição em dobro dos valores pagos

Reclamação 13670/RJ (2013/0227250-1)

RAMO DO DIREITO: Direito Administrativo

ASSUNTO(S): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Serviços, Concessão / Permissão / Autorização, Água e/ou Esgoto. Direito Tributário, Taxas.

REQUERIDO: Primeira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 09/07/2013

NÚMERO ÚNICO: 0227250-16.2013.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT e o grau de invalidez apurado

Reclamação 20059/RJ (2014/0232048-2)

Transitado em Julgado em 01/06/2015

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Seguro.

RECLAMADO: Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 11/09/2014

NÚMERO ÚNICO: 0232048-83.2014.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Observação: Ver também Reclamações 10093/MA, 5410/MT e 5454/MT

CÍVEL

Devolução das cobranças efetivamente pagas e ilegalmente cobradas pela Instituição Financeira

Reclamação 21516/RJ (2014/0262303-3)

Transitado em Julgado em 18/11/2016

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Bancários, Tarifas.

RECLAMADO: Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 09/10/2014

NÚMERO ÚNICO: 0262303-24.2014.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Inquéritos Policiais ou ações penais em curso não podem ser utilizadas para exasperação da pena-base

Reclamação 24123/RJ (2015/0075940-1)

Transitado em Julgado em 29/08/2016

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 06/04/2015

NÚMERO ÚNICO: 0075940-89.2015.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Vedação à impenhorabilidade da totalidade do bem de família e impossibilidade de desmembramento do imóvel

Reclamação 26.224/RR (2015/0186824-8)

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Família, Bem de Família. Direito Civil, Família, Bem de Família.

RECLAMADO: Juiz de Direito da 1a Vara Cível de Boa Vista - RR

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 03/08/2015

NÚMERO ÚNICO: 0186824-88.2015.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Prazo prescricional das ações em que se postula a restituição de tarifa de energia elétrica

Reclamação 3764/RS (2009/0212819-0)

Transitado em Julgado em 31/08/2015

CÍVEL

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Cível do Estado do Rio Grande do Sul
TIPO: Processo Eletrônico, Justiça Gratuita.
AUTUAÇÃO: 28/10/2009
NÚMERO ÚNICO: 0212819-81.2009.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

As informações prestadas via internet têm natureza meramente informativa, não possuindo, portanto, caráter oficial. (*)

Reclamação 4179/RS (2010/0079097-6)

Decisão transitada em julgado em 12/05/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul
TIPO: Processo eletrônico.
AUTUAÇÃO: 19/05/2010
NÚMERO ÚNICO: 0079097-14.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Não se pode considerar inexistente recurso - e, conseqüentemente, deixar de conhecê-lo - por ausência ou invalidade de procuração referente à capacidade postulatória de patrono sem, antes, aplicar-se a regra do art. 13 do CPC (abrir à parte a oportunidade de regularizar sua situação). (*)

Reclamação 5979/PE (2011/0116312-3)

Acórdão transitado em julgado em 26/10/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Fornecimento de Energia Elétrica.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal do Primeiro Colégio dos Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 25/05/2011
NÚMERO ÚNICO: 0116312-87.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

CÍVEL

Possibilidade de compensação dos honorários sucumbenciais na Justiça Gratuita. Decisão de Turma Recursal em desacordo com Súmula 306/STJ.

Reclamação 8179/RS (2012/0052074-2)

Decisão transitada em julgado em 10/08/2012

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil, Indenização por Dano Material.

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 15/03/2012

NÚMERO ÚNICO: 0052074-25.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Reclamação 8185/RS (2012/0052117-0)

Transitado em Julgado em 04/05/2015

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Fornecimento de Energia Elétrica.

RECLAMADO: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 15/03/2012

NÚMERO ÚNICO: 0052117-59.2012.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Prazo prescricional das ações em que se postula à restituição de tarifas de energia elétrica.

Reclamação 3663/SC (2009/0179147-5)

Decisão transitada em julgado em 17/12/2010

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações.

RECLAMADO: Sexta Turma de Recursos Cíveis e Criminais de Lages - SC

TIPO: Processo Físico.

AUTUAÇÃO: 09/09/2009

NÚMERO ÚNICO: 0179147-82.2009.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

CÍVEL

Controvérsia quanto a inclusão de nome no serviço de proteção ao crédito – SERASA

Reclamação 4598/SC (2010/0145842-5)

Acórdão transitado em julgado em 16/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Responsabilidade Civil.

RECLAMADO: Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado de Santa Catarina

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 06/09/2010

NÚMERO ÚNICO: 0145842-73.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Suspensão da Aplicação da Multa a Advogado Público

Reclamação 28647/SC (2015/0301196-4)

Transitado em Julgado em 28/09/2016

RAMO DO DIREITO: Direito Processual Civil e do Trabalho
ASSUNTO(S): Direito Previdenciário, Benefícios em Espécie, Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4). Direito Processual Civil e do Trabalho, Liquidação / Cumprimento / Execução. Direito Previdenciário, Benefícios em Espécie, Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4).

RECLAMADO: juiz Federal da 1a Vara de Lages - SJ/SC

TIPO: Processo Eletrônico.

AUTUAÇÃO: 19/11/2015

NÚMERO ÚNICO: 0301196-50.2015.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Assinatura básica. Decisão de Turma Recursal em desacordo com súmula 356/STJ (*)

Reclamação 4982/SP (2010/0203994-7)

Acórdão transitado em julgado em 06/06/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Administrativo
ASSUNTO(S): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Serviços, Concessão / Permissão / Autorização, Telefonia.

RECLAMADO: Terceira Turma Recursal Cível do Foro Regional TJ de Santo Amaro e Ibirapuera - SP

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 24/11/2010

NÚMERO ÚNICO: 0203994-17.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

CÍVEL

Juros moratórios em indenização de Seguro DPVAT.

Reclamação 5272/SP (2011/0022506-8)

Acórdão transitado em julgado em 13/04/2012

RAMO DO DIREITO: Direito Civil
ASSUNTO(S): Direito Civil, Obrigações, Espécies de Contratos, Seguro.

RECLAMADO: Colégio Recursal da 20ª Circunscrição Judiciária De Itu - SP
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 04/02/2011
NÚMERO ÚNICO: 0022506-95.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

É legítimo o repasse às tarifas de energia elétrica do valor correspondente ao pagamento da Contribuição de Integração Social - PIS e da Contribuição para financiamento da Seguridade Social – COFINS devido pela concessionária. (*)

Reclamação 5946/SP (2011/0111400-0)

Acórdão transitado em julgado em 03/11/2011

RAMO DO DIREITO: Direito Tributário
ASSUNTO(S): Direito Tributário, Contribuições, Contribuições Sociais, PIS.

RECLAMADO: Colégio Recursal dos Juizados Especiais de São Paulo
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 20/05/2011
NÚMERO ÚNICO: 0111400-47.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

Legalidade da cobrança da contribuição ao PIS e COFINS incidentes sobre a fatura de energia elétrica. (*)

Reclamação 6715/SP (2011/0214021-9)

Transitado em Julgado em 01/06/2015

RAMO DO DIREITO: Direito Tributário
ASSUNTO(S): Direito Tributário, Contribuições, Contribuições Sociais, PIS.

RECLAMADO: Segunda Turma do Colégio Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal de Itanhaém - SP
TIPO: Processo Eletrônico.
AUTUAÇÃO: 29/08/2011
NÚMERO ÚNICO: 0214021-25.2011.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

CÍVEL

Tarifa de Cadastro

Reclamação 18.506/SP (2014/0131894-2)

Transitado em Julgado em 15/08/2016

RAMO DO DIREITO: Direito Civil

ASSUNTO(S): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Bancários, Tarifas.

RECLAMADO: Primeira Turma Cível, Criminal e Fazenda do Colégio Recursal de Americana - SP

TIPO: Processo eletrônico.

AUTUAÇÃO: 03/06/2014

NÚMERO ÚNICO: 0131894-57.2014.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 20.03.2017

CRIMINAL

Crime de Falsa identidade

Reclamação 4526/DF (2010/0135673-7)

AVISO TJ nº 91, de 29/09/2010

Transitado em Julgado em 24/02/2014

RAMO DO DIREITO: Direito Penal

ASSUNTO(S): Direito Penal, Crimes contra a Fé Pública, Falsa identidade

RECLAMADO: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Brasília - DF

TIPO: Processo Eletrônico, justiça gratuita.

AUTUAÇÃO: 23/08/2010

NÚMERO ÚNICO: 0135673-27.2010.3.00.0000

Dados extraídos do site do STJ em 24.03.2017

Legislação

Aviso Conjunto n. 8/2016 de 28/04/2016 - TJ/1ª. Vice-Presidência

Dispõe sobre a distribuição de Reclamação destinada a dirimir divergência entre acórdão prolatado pelas Turmas Recursais e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, objeto da Resolução STJ/GP nº03/16.

Ato Executivo Nº. 4566/2012 de 07/11/2012 - Institui o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - NURERRJ.

Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 - Brasil.Superior Tribunal de Justiça (STJ) (08.04.16) - Dispõe sobre a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Resolução n. 12 de 14 de dezembro de 2009 - Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ) (16-12-2009) - Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. **(Revogado)**

[topo](#)

*FONTES: Superior Tribunal de Justiça
Turmas Recursais do Estado do Rio de Janeiro
(*) Dados enviados pela Turma Recursal*

*Links relacionados: Juizados Especiais no Portal Corporativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Banco do Conhecimento do Poder Judiciário*

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

**Elaboração e disponibilização: Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento (DICAC/SEESC)
Colaboração: Equipe do Serviço de Difusão (DGCOM/SEDIF)**

Data da atualização: 31.03.2017

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br